



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE MARÇO DE 1995

Meu caro Deputado Gasparini, da minha terra, São Paulo, Presidente da Associação Brasileira de Municípios; Governador Divaldo Suruagy, que eu já sabia que era ex-Presidente, porque, a cada oportunidade que tem, me fala da Associação de Municípios e é um pregador do municipalismo; Senhores Parlamentares que estão aqui; Senhores Presidentes de associações estaduais de municípios; Líderes municipalistas; Senhoras; Senhores;

Primeiro, os meus agradecimentos, os mais diretos, os mais espontâneos, os mais sinceros, pela presença de pessoas tão representativas e daquilo que há de mais fundamental na vida brasileira, que é realmente a base da vida social e política: o município.

Agradeço muito esta possibilidade de termos este encontro coletivo, as palavras do Deputado Gasparini, a presença do Governador Divaldo Suruagy.

E também quero dizer que, neste momento em que estamos com o Brasil pronto para continuar no rumo da estabilização da economia, do crescimento econômico, nossa preocupação fundamental é ter um mandato – que eu recebi – de manter a moeda sob controle, evitar que

haja ataques especulativos e evitar que haja desvios do rumo. Neste momento em que o Brasil tem tanto para seguir adiante com muito vigor, é importante que nós nos juntemos. E nos juntemos com objetivos claros, definidos, como os que aqui foram expressos pelo Presidente da Associação Brasileira de Municípios e como aqueles que são os meus, porque são objetivos que eu submeti ao povo.

Na campanha eleitoral, não deixei nunca de dizer qual é o meu pensamento e, nas várias matérias, o que eu iria fazer e vou fazer. Mas não vou fazer sozinho. Vamos fazer juntos, vamos fazer com os prefeitos, com os deputados, com os governadores e, sobretudo, com a cidadania brasileira.

Não tenho senão palavras de coincidência com o que ouvi. Acho que realmente um país como o nosso, como o Brasil, é tão complexo, tão vasto – e que hoje já tem uma sociedade muito diferenciada –, que ele não pode funcionar senão quando as suas partes constitutivas e aquelas que são fundamentais têm um papel, digamos assim, de dinamização principal.

É ilusão imaginar que o Governo Federal possa, de Brasília, controlar o que ocorre no País, e nem deve querer, nem deve querer. Nós somos um país de outro estilo. Na minha profissão de sociólogo, sobretudo de sociologia política, de ciência política, sabe-se que existe uma grande diferenciação entre as nações. Na expressão inglesa, chamam-se *stateless societies* as sociedades sem Estado; e há as outras sociedades, onde há o Estado.

As sociedades anglo-saxônicas geralmente são *stateless*, o Estado pouco. Já na Europa continental a tradição é outra. A França, a Alemanha, a Espanha são sociedades que se organizaram com um forte peso do Estado.

O Brasil nasceu sob a égide da centralização, na colônia, e depois nós vivemos um movimento pendular, sempre. Até o próprio movimento da independência teve muita força localista, e as câmaras municipais tiveram um papel muito grande durante a colônia. Não devo nem falar isso diante de Divaldo Suruagy, que é professor de História. Mas a verdade é que houve essa enorme variação e até uma certa tensão entre o poder local e a coroa, uma tensão muito grande.

Muito bem. Depois, nós nos organizamos em estado independente, e, progressivamente, o Estado brasileiro também teve essa oscilação. Nos períodos de concentração de poder, sobretudo nos regimes autoritários, no nível federal, os municípios sofrem. Nos períodos de democratização, os municípios passam a ter maior vigor.

Hoje, nós não estamos mais num *período de democratização*, e, sim, num *estado de democratização*. Isso é uma conquista que, a meu ver, é permanente para o Brasil. Não haverá mais esse zigzague em termos do regime democrático e autoritário.

Ora, se o regime é democrático, se o Brasil é um país tão vasto, embora nós não tenhamos vindo de uma origem *stateless*, nós hoje temos que marchar não para uma sociedade sem Estado, mas para um Estado diferenciado e um Estado central, que compreende as peculiaridades de um país como o nosso; o que, com muitas diferenças, é semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos, onde também a força da comuna foi vital para a prosperidade econômica e para o enraizamento da democracia. Não vou entrar mais adiante em cogitações sociológicas. Lá temos a questão do protestantismo, que também deu um toque específico a tudo isso. Nós, não: nós temos formação católica. Mas, de qualquer maneira, temos similitudes com esse espírito que prevalece nas grandes democracias de massa e de países grandes. Nesses países não há opção, a opção já está dada: é o município, é a comunidade. E, se o governo quiser ter uma ação inteligente, ele tem que ter uma ação através dos municípios, uma ação em coordenação com os municípios.

O seu exemplo sobre a merenda escolar é claro. Nós fomos do Governo Montoro e sabemos como foi feito em São Paulo. Isso é essencial. Ainda agora, estamos tentando fazer a distribuição dos livros didáticos através dos estados, como em Minas, depois no Paraná. Mais tarde o município tem que entrar nisso também.

O Governo Federal já tem uma imensa tarefa de dar normas, de garantir essas normas que vão dar compatibilização entre os vários interesses locais e regionais. Essa é a nossa função. A nossa função não é nem fazer a barganha de “só dou o dinheiro se me apoiar” – isso hoje não funciona; nem o Governo Federal está sufocando o vigor das bases.

Então, eu penso assim há muitos anos, já escrevi sobre tudo isso que estou dizendo agora aqui. Não são palavras de momento, para agradar aos líderes municipalistas. Elas coincidem com o meu pensamento. E nós estamos num momento de reforma do Brasil.

Claro que uns setores que perderam as eleições estão agora destilando o fel da derrota, mas vão continuar destilando, porque nós vamos fazer as reformas. Nós vamos fazer as reformas, mas é claro que é um processo democrático de reforma, de novo. Não é “o Governo vai lá, o Presidente mandou, o Congresso obedece”. Não, não é isso, não. É um diálogo com o País. Mas não dialogar, recusar-se ao diálogo, dizer “não” à reforma, meu Deus, é ficar condenado a ser reacionário. Reagem contra tudo: isso é que é a verdadeira direita reacionária do passado. Agora, uns querem ser da vanguarda, e viraram reacionários. Mas o País não é reacionário, o País quer a reforma. Quer. Qual reforma? Vamos discutir, vamos fazer. O Governo dá o caminho, não vai recuar. Vai estar o tempo todo persistindo em que é preciso fazer. Mas o Governo não é insensível ao que é genuinamente dito pelos municipalistas. Nós vamos fazer uma reforma fiscal. Vamos fazer sem os senhores? Não.

Uma reforma de impostos: como é possível fazer a reforma tributária sem ouvir os interesses dos municípios? Só se o Presidente tivesse enlouquecido. Não tem cabimento. A reforma tem que ser feita numa discussão. Essa discussão não pode dar-se nos níveis de gabinete: vai para o Congresso; o Congresso é o local da discussão, não é isso? E o Governo entende o papel do Congresso perfeitamente. O papel do Congresso não é dizer “sim”. É dizer o que ele acha que deve ser feito.

As atribuições constitucionais são muito claras. É claro que o Governo vai influenciar e, com muito denodo, com muito empenho, vai dizer o que acha, o que pensa, vai brigar. Mas quem é que decide numa democracia? É o voto. Nós vamos persuadir. Estou persuadido de certas necessidades do Brasil, já as expus várias vezes. Vamos fazer as reformas, sim, todas elas, com tempo.

O Doutor Ulysses Guimarães dizia que “o tempo não perdoa quem não trabalha com ele”. Há tempo para tudo. Há tempo para ganhar, há

tempo para esperar – política não se faz sem paciência. Mas há tempo, também, para cobrar. Há tempo para tudo.

Principalmente, é preciso que essas questões sejam examinadas, digamos, com o espírito muito aberto e de muita presença daqueles que são os detentores da representação popular, que são os prefeitos, são os governadores, são os deputados, é o Presidente da República. Nos diversos níveis, nós somos a expressão da vontade popular, a única expressão democrática. O resto é gritaria, mas não é a expressão real de um sentimento amadurecido do povo que escolhe. Nós aqui fomos escolhidos. Temos, portanto, a responsabilidade de atuar conforme dissemos que iríamos atuar.

Eu vou ler este documento, porque não o conheço. Mas mais uma vez quero dizer ao Doutor Gasparini, ao Governador Divaldo e a todos os que estão aqui nos ouvindo que o que foi aqui dito tem o meu apoio. E agradeço o apoio dos senhores; eu vou precisar. Também quero dizer que, em qualquer que seja o momento, havendo uma questão que lhes pareça de importância e que diga respeito à ação do Governo, seja legislativa, seja administrativa, as portas estão abertas.

Governo que acredita em si mesmo – e eu acredito no meu Governo –, governo que acredita no País não é governo fechado, é governo que está disposto a dialogar.

Quero dizer, muito especialmente ao Presidente da Associação, que é só telefonar, e quem o diz não é o Presidente da República só, não: é a pessoa que já o conhece há tanto tempo, que o admira e que estará sempre disposto a continuar nesse mesmo caminho de prestigiação das forças que realmente mudam o Brasil – e o municipalismo muda o Brasil.

Muito obrigado.